

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 001 / 2019

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social de
2 Santos – CMAS, realizada no dia 22 de janeiro de 2019, na sede do CMAS, sita a Rua.
3 XV de Novembro, 183 – Centro – Santos-SP com a presença de conselheiros e
4 convidados, cujas assinaturas constam na lista em anexo que faz parte integrante desta
5 ata. Sra. Marina, presidenta do conselho, cumprimenta a todos e justifica a não
6 apreciação da ata do mês anterior devido a problemas na mídia de gravação, devendo
7 esta ser apresentada no mês seguinte. Na sequência passa para ao **Item 1.**
8 **Apresentação e Deliberação do PMAS.** Sra. Marina, faz uma breve explanação que os
9 três primeiros itens da pauta já haviam passado pela Comissão de Financiamento, onde
10 já haviam sido levantadas algumas questões, o que culminou na devolução do Plano para
11 que o órgão gestor fizesse algumas alterações. O primeiro item questionado foi o
12 apontamento pelo órgão gestor de cinco funcionários realizando a gestão do trabalho no
13 SUAS, entendendo a comissão que os funcionários do RH não exerciam tal função. A
14 segunda dúvida foi referente as chefias do serviço, estando algumas delas desatualizadas
15 no plano. A terceira referente a permanência do programa “Criança Feliz” no ano 2019. O
16 quarto questionamento foi o não aumento de recursos financeiros, bem como do número
17 de famílias atendidas nos programas municipais do ano 2018 para o ano 2019. A última
18 questão levantada pela comissão foi a queda do recurso estadual em 18 mil reais para o
19 ano 2019. Marina passa a palavra para a Sra. Claudia Oliveira, Coordenadora da Gestão
20 do SUAS, para apresentar as alterações realizadas no PMAS. No Bloco I, de
21 identificação, foi realizada a atualização dos dados do novo Secretário de
22 Desenvolvimento Social, Carlos Alberto Ferreira Mota. No Bloco III, da Rede de Proteção,
23 foi atualizado os dados cadastrais, os recursos públicos e os serviços e programas
24 realizados. Relata problemas para o preenchimento do Bloco VI, devido a problemas no
25 sistema, sendo prorrogado o prazo para a aprovação do plano. Referente as questões
26 levantadas pela comissão de financiamento, a Sra. Claudia relata que a gestão resolveu
27 manter o posicionamento referente a questão do RH. O Sr. Leandro, vice-presidente,
28 sugere que como o PMAS ainda não foi finalizado que o Conselho se manifeste
29 definitivamente em Assembleia sobre as questões e estas posições sejam levadas em

30 definitivo para o Secretário. A Sra. Claudia relata que as chefias questionadas pela
31 Comissão foram atualizadas. Informa também que diversos pontos do Plano não foram
32 abertos pela DRADS para alteração, não sendo possível sua alteração no momento.
33 Referente ao PNF foi constatado que seu aumento não havia sido considerado, fato este
34 que já estava sendo retificado. Referente ao financiamento estadual, após contato com a
35 DRADS, foi constatada uma discrepância que também seria retratada. Após a
36 apresentação O Sr. Leandro volta a destacar qual será o fluxo: o Conselho deve
37 manifestar quais suas discordâncias quanto ao PMAS e a presidenta Marina deverá entrar
38 no sistema para apontá-las, o PMAS volta para o gestor que acatará ou não as
39 recomendações, voltando o Plano para o CMAS que pode aprovar ou não o mesmo. **Item**
40 **2. Deliberação sobre alteração da Rede Cofinanciada 2019 PMAS.** Sra. Claudia
41 informa que o sistema foi preenchido pelo gestor e após avaliação pela DRADS foi
42 constatada inconsistência do valor referente a Rede Cofinanciada, dentro da proteção
43 especial na alta complexidade. No SEACOLHE-AIF foi lançado e aprovado em
44 Assembleia o valor de R\$ 33.203,70 sendo o correto o valor de R\$ 32.803,39. A correção
45 foi feita e aprovada pela DRADS, voltando para aprovação do CMAS. **Item 3. Apreciação**
46 **de Deliberação do Saldo Reprogramado, Relatório Financeiro do 4º Trimestre e**
47 **Anual 2018 do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.** Sra. Caroline Maia,
48 Searedes/Cogesuas, apresenta o relatório circunstanciado da Proteção Básica, no qual
49 consta o serviço de inclusão produtiva do GALP, e os serviços de habilitação e
50 reabilitação da pessoa com deficiência da APAE e 30 de Julho. Realiza leitura completa
51 do relatório, detalhando os serviços, as vagas, e o número de usuários que efetivamente
52 utilizaram o serviço. A Sra. Luci sugere uma melhor divulgação dos serviços para uma
53 maior eficiência dos mesmos. A Sra. Caroline informa que este processo de
54 aprimoramento já está ocorrendo, após uma reunião com o 30 de julho, foi acordado um
55 maior encaminhamento para o serviço através do CRAS, este mesmo processo deverá
56 ocorrer em breve com outras instituições. Em seguida foi apresentado o relatório
57 circunstanciado da proteção especial, detalhando os serviços do PAEFI, serviço de
58 proteção social de adolescente em cumprimento de medida sócio educativa, serviços de
59 acolhimento institucional para crianças e adolescentes da Associação da Casa da Criança
60 de Santos. A conselheira Mayara questiona de onde vem a meta de atendimento do
61 PAEFI, o Sr. Leandro informa que a proposta é rever todas as metas que estão lançadas
62 para o Estado, no serviço especial. Atualmente as metas migram automaticamente do
63 PMAS, o objetivo seria adequar todas as metas para a realidade do serviço executado. A
64 Sra. Caroline da sequência a apresentação do relatório com o serviço de acolhimento

65 institucional para crianças e adolescentes da Casa Vó Benedita, os serviços de
66 acolhimento institucional residência inclusiva da Casa do Paraplégico de Santos e do 30
67 de Julho, o serviço especializado para pessoas de rua Centro POP e o serviço
68 especializado em abordagem. A Sra. Luci Freitas, colaboradora, questiona que em uma
69 apresentação lhe foi informada que o serviço de abordagem possuía tablets, o Sr.
70 Leandro informa que quatro tablets foram comprados para o serviço, todavia não
71 chegaram as assistentes, se comprometendo a localizar onde estão os mesmos. Dando
72 continuidade ao relatório foi detalhado o serviço de proteção social especial para pessoas
73 com deficiência, idosos e suas famílias, esclarecendo sobre a impossibilidade de
74 mudança no PMAS sobre este serviço em 2018, mas reforçando a necessidade de
75 esclarecimento da metodologia de trabalho no PMAS 2019, tendo em vista estar este em
76 processo de reconstrução. A Sra. Caroline continua sua exposição com o serviço
77 SEACOLHE-AIF, serviço de acolhimento para adultos e família, SEABRIGO-AIF e
78 SEACOLHE-CA, serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, concluindo o
79 relatório. Na sequência a Sra. Gracielle Arcanjo apresenta o relatório final e do 4º
80 trimestre da prestação de contas do Estado. Anuncia que não se encontra mais na
81 coordenadoria do COAFI, mas já havia se comprometido a apresentar o relatório de modo
82 a não prejudicar o andamento dos processos. No 4º trimestre houve repasse no montante
83 de R\$ 378.502,83, de juros R\$ 296,52 e total de despesa R\$ 346.505,74. Detalha ainda
84 os repasses para a proteção básica e especial. Apresenta também o saldo reprogramado
85 de 2017 que foi utilizado em 2018, que ficou no valor de R\$ 177.782,64, juros de R\$
86 2.796,17 e despesas no valor de R\$ 157.422,69. Sendo este destinado para a média
87 complexidade em material de consumo, alimentação, vestuário, material lúdico e
88 pedagógico. Os conselheiros questionam a destinação de alguns materiais comprados
89 como gibis e tinta spray, Gracielle explica que o setor financeiro somente executa os
90 pedidos, não decidindo como e onde devem ser utilizados os recursos. Ressalta ainda a
91 necessidade de um maior diálogo entre os setores para um melhor fluxo do processo de
92 compras. A Sra. Marina renova o pedido para as pessoas participarem da comissão de
93 finanças, tendo em vista a importância e complexidade dos temas discutidos. A Sra. Luci
94 Freitas ressalta que já requisitou no CMDCA um advogado e um contador para auxílio no
95 conselho, e que o mesmo é necessário para o CMAS. **Item 4. Pleito Eleitoral referente**
96 **vacância do representante dos Trabalhadores e Organização dos Trabalhadores**
97 **(suplente).** A Sra. Marina informa que o chamamento foi aberto através do Comunicado
98 004/2018 CMAS, e para o presente pleito se inscreveram duas candidatas, Dulcinéia do
99 Nascimento e Barbara Weinert Ferreira Nogueira. Todavia no momento da votação a

100 candidata Dulcinéia teve que se ausentar devido a compromissos que já possuía no
101 Conselho da Saúde, tendo em vista sua ausência os conselheiros concordam pela
102 exclusão da candidatura. Logo, sendo candidata única, a vaga resta a candidata Bárbara
103 Weinert, trabalhadora do CREAS, que faz uma breve apresentação do seu histórico para
104 o Conselho. **Item 5. Chamamento Público para preencher as vacâncias existentes**
105 **dos representantes dos usuários no Conselho Municipal de Assistência Social.** A
106 Sra. Marina, presidenta, recorda que o último comunicado que abriu vagas para usuários
107 somente obteve uma inscrição e o usuário não compareceu em assembleia, desta
108 maneira nenhuma das vagas foi preenchida. O presente chamado tem como objetivo
109 preencher as duas vagas de titulares e três de suplentes dos usuários ainda vacantes,
110 devendo ser aberto um comunicado para abertura do pleito que será amplamente
111 divulgado. A Sra. Marina reforça que os serviços podem encaminhar os documentos
112 necessários para a inscrição do usuário para o CMAS, não sendo necessária a
113 locomoção dos usuários ao Conselho, porém ressalta a necessidade de o usuário
114 comparecer em Assembleia para participar do pleito eleitoral e poder tomar posse. **Item 6.**
115 **Solicitação de Inscrição da Organização do Haitianos que Vivem no Brasil.** A Sra.
116 Marina questiona se está presente algum representante da organização, recebendo
117 resposta negativa. Relata que a Comissão de Política recebeu mais um pedido de
118 inscrição desta organização, sendo esta a terceira tentativa. Após visita da conselheira
119 Fernanda Gonçalves e da própria Marina, estas comunicam que emitiram parecer
120 desfavorável a inscrição do serviço tendo em vista que esta organização continua com
121 atividade preponderantemente educacional, não conseguindo ainda definir o campo de
122 atuação correlata a política de assistência social no âmbito de assessoramento, defesa e
123 garantia de direitos. Apesar de não presente um representante de entidade a Sra. Marina
124 faz saber que a entidade já foi notificada do parecer do conselho, razão pela qual não
125 caberia impedimento para o indeferimento da inscrição. Os conselheiros deliberam pelo
126 indeferimento da inscrição. **Item 7 – Informes do Gestor** – Sr. Leandro, vice-presidente,
127 informa que a Secretaria irá inaugurar um novo Centro POP, sito a rua Amador Bueno,
128 446. Comunica que a previsão de inauguração seria no dia seguinte, todavia ainda não
129 havia recebido confirmação. O prédio já está pronto, ocorrendo no momento as mudanças
130 da equipe e dos móveis. A conselheira Mayara questiona que tendo em vista a mudança
131 recente do Secretário se não haveria possibilidade de este comparecer ao Conselho para
132 se apresentar oficialmente. O Sr. Leandro informa que não haveria nenhum impedimento
133 em fazer o pedido. O Sr. José Amado, colaborador, pergunta se haverá intérprete de
134 libras na inauguração do Centro POP e acentua a importância de intérpretes não somente

135 na AGO como também nas inaugurações, peças de teatro e demais eventos. Questiona
136 também a postagem de vídeos pela Prefeitura de Santos sem nenhum tipo de legenda,
137 dificultando a acessibilidade a informações. **Item 8. Informes do CMAS** – Sra. Marina,
138 presidenta, esclarece que a diretoria executiva decidiu que a Assembleia Geral Ordinária
139 ocorrerá toda terceira terça-feira do mês, devido a pedido do financeiro da Secretaria para
140 que tivessem tempo hábil de finalizar a prestação de contas sem necessidade de
141 convocar uma Assembleia Geral Extraordinária. Informa que o Conselho participou da
142 apresentação do Plano de Educação Permanente junto com as entidades que recebem
143 termo de fomento, foram levantadas algumas questões pelo Conselho, e Fernanda
144 (SECAFUR) se comprometeu a passar o Plano de Educação Permanente na plenária do
145 CMAS, possivelmente no mês de março. Ressalta que o Plano já foi enviado por email
146 aos conselheiros e que seria interessante a leitura do mesmo antes da data prevista para
147 este passar no Conselho. Informa que na reunião foi exposto que ocorrerá Audiência
148 Pública referente ao Plano, oportunidade esta de participação para as outras entidades
149 que não recebem fomento e não tiveram oportunidade de participar da reunião. O Sr.
150 Gustavo Gameiro, secretário executivo em substituição, se compromete a mandar o Plano
151 por email para todos os conselheiros, entidades com inscrição no Conselho, bem como
152 para aquelas pessoas presentes na AGO. A Sra. Marina comunica que na Diretoria
153 Executiva ficou decidido a necessidade de apurar com mais afinco as faltas dos
154 conselheiros e suplentes tanto nas Assembleias quanto nas comissões, existindo uma
155 grande quantidade de conselheiros e suplentes que não fazem parte de comissões, tal
156 fato não será mais permitido no ano de 2019. Sra. Luci Freitas sugere a publicação das
157 faltas e justificativas no Portal do Conselho. Sra. Mayara, conselheira, informa que a
158 representação no COMAD do CMAS será mantida, sendo ela mesma a representante e a
159 Sra. Marina a suplente, relata também que a AGO do COMAD ocorre toda última sexta-
160 feira do mês. Sra. Fernanda Gonçalves, comunica que não ocorrerá reunião da Comissão
161 de Política no mês de janeiro devido a complicações na agenda dos conselheiros,
162 voltando ao seu funcionamento normal no mês de fevereiro. Convida também os
163 conselheiros a participarem das reuniões das Comissão conjunta de Legislação e
164 Deliberação de Conferência, que se uniram para a construção da Lei do SUAS, devendo
165 a próxima reunião ocorrer no dia 29 de janeiro, tendo como pauta as modificações do
166 regimento interno do CMAS. **Item 9. Assuntos Gerais.** Sra. Luci, colaboradora, solicita
167 que seja divulgado para os conselheiros a Medida Provisória 870, de 1º de janeiro de
168 2019, que estabelece a organização básica da Presidência da República e dos
169 Ministérios. Solicita também facilitadores para a SEPACOM, em especial um advogado e

170 um contador. Sem mais assuntos a tratar, a Assembleia foi encerrada pelo Sra.
171 Presidenta e eu Gustavo Gameiro de Jesus Fonseca lavrei a presente ata, a qual se
172 apresenta assinada por mim e pela Presidenta Marina Carvalho Perez Peña.

173

174

175 Marina Carvalho Perez Peña

Gustavo Gameiro de Jesus Fonseca

176 Presidenta

1ª secretário em substituição

177

178

179

180